

Diário de Notícias

IMIGRAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL¹

P. António Vaz Pinto, s. j.*

Motivos de ordem vária estão na origem, ao longo da história, dos fenómenos migratórios. Podemos referir como os mais comuns os de ordem climatérica, social, religiosa e política. A conjugação de vários deles, contribuíram para que os povos se deslocassem ao longo dos séculos quer dentro do seu próprio território, quer para as terras vizinhas, ou mesmo para outras longínquas.

Os recentes fluxos de imigração verificados em Portugal, sobretudo no que diz respeito aos contingentes do Leste da Europa tem características diferentes. Na verdade, razões predominantemente económicas estarão na sua génese. Não será assim em relação a todos os imigrantes, como por exemplo os africanos, mas a análise feita é, na generalidade, correcta.

O fenómeno do crescimento da imigração levanta problemas para os quais a sociedade portuguesa não estava preparada. De facto, este crescimento tem-se tornado progressivamente mais rápido (duplicando em cada década, de 1970 até ao ano de 2000 e actualmente duplicando já em cada dois anos). Aos problemas levantados pelo acréscimo quantitativo dos imigrantes somam-se os problemas resultantes da alteração do tecido social e cultural desta imigração.

Sendo esta a realidade com que nos deparamos, não é menos verdade que a imigração deve ser encarada de uma forma positiva, como um grande desafio e oportunidade, de enriquecimento humano, social, cultural e económico mútuos, apesar dos problemas que inevitavelmente traz. A imigração é positiva para a Europa e para Portugal, até demográficamente.

Caminhamos, a passos largos, para um espaço multicultural.

Sendo assim, discutir a imigração não é apenas, ou principalmente, um problema de abrir ou fechar fronteiras uma vez que esse é apenas o lado conjuntural da questão. O trabalho estrutural a fazer é o da melhor integração dos imigrantes e das minorias entre a população natural.

Neste contexto, só é possível fomentar políticas de acolhimento e integração eficazes no respeito pelo outro e dentro de um espírito de tolerância e compreensão pela cultura e modos de pensar e agir que são diferentes dos nossos. Mas a paz social é

¹ "Diário de Notícias", de 2003 Fevereiro, 19

Diário de Notícias

indissociável do bem estar económico pelo que é demagógico acreditar que as políticas de integração são possíveis de concretizar contando apenas com boas vontades ou pretensas tolerâncias tradicionais: não é possível integrar sem promover o emprego, a saúde, a educação, a habitação, o acesso à cultura e aos direitos de cidadania.

E se, independentemente das soluções legais encontradas, a Lei Fundamental é o humanismo, não devemos esquecer também que o nosso país não pode ser encarado pelos imigrantes como um terreno onde unicamente se extraem vantagens económicas e sociais. Há que fomentar, por conseguinte, os ideais, os valores e a cultura portuguesa, para que se dê um verdadeiro intercâmbio.

Não escondemos que são inúmeros os problemas que conduzem à exclusão social dos imigrantes. Basicamente são os seguintes: imigração ilegal indutora de exploração de mão de obra barata com as consequências daí resultantes; emprego muito precário, ausência de segurança social, falta de condições de trabalho; o problema das famílias e das crianças com a fragilidade do instituto do reagrupamento familiar, difícil de obter e muitas vezes de manter; os media e a forma como veicula a informação sobre os imigrantes; a mentalidade corrente denotando muitas vezes xenofobia e atitudes racistas. Todos os factos acabados de referir são factores de exclusão social.

Portugal tem actualmente consciência de tudo isto havendo sinais claros de que não são questões inultrapassáveis.

A estrutura do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), na sua versão actual, é prova da sensibilidade e necessidade que há de enfrentar os problemas actuais e de futuro: estrutura leve e flexível mas simultaneamente sustentada por quadros das várias áreas de estudo da sociedade que possibilitem um conhecimento da questão e apresentem propostas de solução.

O Plano de Actividades do ACIME revela também a preocupação e realismo com que se pretende ver tratada a nova realidade migratória: o plano de actividades em curso que aponta para a subscrição de um Pacto Social para a Imigração, a criação de uma Rede Nacional de Informação ao Imigrante (publicações em papel, sistema de informação telefónico e electrónico) , um Sistema Nacional de Apoio ao Imigrante (Centros Nacionais, Regionais e Locais de apoio), o Observatório de Imigração, etc.

As Associações representativas das Comunidades de Imigrantes já estão envolvidas na busca das melhores soluções aos problemas inerentes à imigração. Na verdade, desde logo, elas têm assento num importante forum de reflexão e opinião que é

Diário de Notícias

o "Conselho Consultivo para a os Assuntos da Imigração" (COCAI). Muito recentemente estiveram reunidos a propósito do Projecto de Alteração da Lei da Imigração.

Dada a experiência que têm do terreno é importante a sua audição a fim de o Alto Comissariado poder levar as suas opiniões aos órgãos decisores competentes nestas matérias e, por outro lado, sedimentar o próprio Alto Comissariado a sua opinião quanto à Lei, e outros assuntos, induzindo-se assim as melhores soluções legislativas e práticas sociais.

Além disso são frequentes as reuniões entre o ACIME e as Associações, das quais resultam contributos significativos para o conhecimento da realidade. Uma das competências do Alto Comissariado é o de reconhecer, ouvido o COCAI, as Associações de Imigrantes como representativas dos seus interesses. É assim possível alargar, periodicamente, o número de Associações às quais se reconhece representatividade. É um caminho que já se está a percorrer.

Uma 2.^a fase será a de concretizar apoios técnicos, financeiros, e outros, a essas Associações o que, em parte, depende também delas, pois terão que apresentar projectos e programas credíveis. Deve-se apostar no seu poder de iniciativa como forma de integrar a comunidade migrante combatendo-se assim, com medidas concretas, a exclusão social. O combate à exclusão social dos imigrantes passa, por conseguinte, pela criação de planos institucionais de inclusão bem como pela sensibilização da população portuguesa a uma atitude civilizacional humanista.

Porto, 11 de Dezembro de 2002

Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

** amigo do Forum Abel Varzim*

-